

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PA000855/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/09/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR053362/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.230844/2025-56
DATA DO PROTOCOLO: 05/09/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS METALURGICOS ELETROMECHANICOS E ELETROELETRONICOS E NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECAN, CNPJ n. 07.929.949/0001-10, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ZELEIMA ASSIS ROCHA;

SIND DOS T NAS IND MET MEC ELETROM ELETROEL ELETR DE MAT ELE, CNPJ n. 15.339.575/0001-00, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ZELEIMA ASSIS ROCHA;

E

NORTE SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ n. 19.258.554/0001-11, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). BRUNO OLIVEIRA LIMA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de junho de 2025 a 31 de maio de 2026 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES METALÚRGICOS**, com abrangência territorial em **Canaã dos Carajás/PA, Curionópolis/PA, Eldorado do Carajás/PA, Ourilândia do Norte/PA e Parauapebas/PA**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL**CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Os pisos salariais dos empregados da empresa **NSI**, associados (sindicalizados) e representados pelo **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, serão praticados a partir de **1º de JUNHO de 2025**, conforme demonstrado no quadro de funções e salários abaixo:

Nº	FUNÇÃO	Nível	SALÁRIO
1	ANALISTA ADMINISTRATIVO PL		R\$ 3.650,00
2	ANALISTA ADMINISTRATIVO JR		R\$ 2.271,20
3	ANALISTA DE CONTROLE E OUALIDADE		R\$ 3.000,00
4	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	I	R\$ 2.321,88

5	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	I	R\$ 1.588,86
6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	II	R\$ 1.771,20
7	AUXILIAR AMBIENTAL		R\$ 2.000,00
8	AUXILIAR DE AUTOMAÇÃO		R\$ 1.770,20
9	AUXILIAR DE ESCRITORIO		R\$ 1.588,86
10	AUXILIAR DE PLANEJAMENTO		R\$ 1.771,20
11	AUXILIAR MECÂNICO		R\$ 1.850,00
12	AUXILIAR TÉCNICO DE SEG. DO TRABALHO		R\$ 2.023,35
13	AUXILIAR TÉCNICO ELETROMECHANICO		R\$ 1.588,86
14	AUXILIAR TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO	I	R\$ 1.771,20
15	AUXILIAR TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO	II	R\$ 1.825,27
16	COORDENADORA DE SEGURANÇA DO TRABALHO		R\$ 5.250,00
17	ELETRICISTA	I	R\$ 1.850,00
18	ELETRICISTA	II	R\$ 2.064,55
19	MECÂNICO		R\$ 2.171,40
20	MECÂNICO MONTADOR	I	R\$ 2.171,40
21	MECÂNICO MONTADOR	II	R\$ 2.537,49
22	MECÂNICO MONTADOR	III	R\$ 2.900,00
23	MOTORISTA LEVES		R\$ 1.634,00
24	OP. MUNK		R\$ 2.850,00
25	OPERADOR DE EQUIP. MÓVEIS		R\$ 2.850,00
26	SOLDADOR		R\$ 2.650,00
27	SUPERVISOR	I	R\$ 3.500,00
28	SUPERVISOR	II	R\$ 6.000,00
29	TECNICO DE PLANEJAMENTO		R\$ 2.954,00
30	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	I	R\$ 2.200,00
31	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	II	R\$ 3.200,00
32	TÉCNICO ELETROMECANICA		R\$ 3.000,00
33	TÉCNICO ELETROMECHANICO		R\$ 3.500,00
34	TÉCNICO ELETROMECHANICO		R\$ 4.025,00
35	TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO PL		R\$ 3.804,50
36	TÉCNICO DE AUTOMAÇÃO	I	R\$ 2.124,24
37	TÉCNICO DE AUTOMAÇÃO	II	R\$ 2.551,91
38	TÉCNICO DE AUTOMAÇÃO	III	R\$ 3.313,81

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A NSI reajustará em 10% (Dez por Cento), os salários de seus empregados vigente em 31 de MAIO de 2025, com efetividade a partir de 1º de JUNHO de 2025.

1) DIFERENÇAS DE SALÁRIOS - A NSI se compromete a efetuar o pagamento dos salários de seus empregados, correspondentes ao mês de **AGOSTO/2025** atualizados em **10% (Dez por cento)**, em cumprimento da **CLÁUSULA QUARTA**, do presente acordo coletivo, assim como o pagamento das diferenças salariais, e as demais diferenças econômicas no que couber, com as devidas repercussões consectárias, referente aos meses de **JUNHO e JULHO de 2025 até o 5º dia Útil do mês de setembro de 2025.**

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - CONTRACHEQUES

Dentro do horário de trabalho a empresa efetuará, por meio de depósitos bancários em conta corrente, o pagamento dos salários dos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, sendo que os mesmos receberão um contracheque, impresso com o timbre da empresa, devidamente lacrado discriminando, além do salário nominal, o valor do FGTS, os adicionais, benefícios e descontos efetuados, e quando for o caso a participação nos lucros ou resultados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados, que por qualquer motivo não possuírem conta corrente, serão pagos por ordem de pagamento bancário em espécie ou através de cheque nominal.

CLÁUSULA SEXTA - SUBSTITUIÇÕES - SALÁRIOS

Em caso de substituições não eventuais, o empregado substituto de outro que foi dispensado ou transferido, terá direito ao mesmo padrão do salário da função do substituído, enquanto perdurar tal situação, salvo no que se refere às vantagens pessoais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS **13º SALÁRIO**

CLÁUSULA SÉTIMA - 13º SALÁRIO. GRATIFICAÇÃO NATALINA/PARCELAMENTO

Poderá ser adiantado, a qualquer tempo, à critério da empresa, **50% (cinquenta por cento)** do **13º salário**.

PARÁGRAFO ÚNICO– Caso o adiantamento do **13º salário** seja concedido antes da data base da categoria, a empresa deve pagar a diferença entre o valor adiantado e o salário reajustado até **NOVEMBRO/2025**, sendo imprescindível que em **30.11.2025**, o empregado tenha recebido **50% (cinquenta por cento)** do **13º salário**. Assim como, a empresa

efetuará o pagamento da parcela final remanescente até o dia **20 de DEZEMBRO de 2025**.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor da hora normal nos dias úteis e de **100% (cem por cento)** sobre o valor da hora normal, nos domingos, feriados ou em outro dia destinado ao repouso, desde que não tenham sido devidamente compensadas e sem prejuízo da dobra remuneratória, quando incidente.

1) FERIADO DE CARNAVAL 2026 - Fica acordado e assegurado o descanso remunerado dos(as) empregados(as) na **TERÇA-FEIRA de Carnaval (17 de FEVEREIRO de 2026)**, considerando esta data como **FERIADO**, para a categoria profissional.

2) COMPENSAÇÃO DE JORNADA - Fica acordado e assegurado aos empregados(as) a compensação antecipada das horas de trabalho, referente a **SEGUNDA-FEIRA de Carnaval (16 de FEVEREIRO)** e **QUARTA-FEIRA de Cinzas (18 de FEVEREIRO de 2026)**, a fim de não prejudicar a continuidade dos trabalhos da **NSI**. A compensação deverá ser realizada até a semana anterior ao **Carnaval de 2026**.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO/QUADRIÊNIO

Todo empregado que tenha ou venha a completar **4 (quatro) anos** de serviço na mesma empresa, fará jus a um adicional por tempo de serviço denominado **QUADRIÊNIO**, no valor de **10% (dez por cento)** para cada período, pago mês a mês e calculado sobre o piso salarial do nível em que o empregado esteja enquadrado, **nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA, deste Acordo Coletivo**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A partir do segundo ano de serviço, terá o empregado direito ao quadriênio, mês a mês, de forma proporcional, percebendo **5% (cinco por cento)** do piso salarial do nível em que o empregado esteja enquadrado; A partir do terceiro ano, **7,5% (sete e meio por cento)**, até completar o quarto ano, ocasião em que perceberá o adicional integral, **10% (dez por cento)**, sendo certo que esta proporcionalidade só é aplicada até o quarto ano de serviço, só fazendo jus o empregado ao outro quadriênio quando completar inteiramente o próximo período aquisitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica limitado o direito previsto nesta cláusula a **03 (três)** quadriênios, ou seja, **30% (trinta por cento)** de adicional por tempo de serviço, ressalvado o direito adquirido do trabalhador que em **1º de JUNHO de 1998**, venha percebendo a vantagem em percentual superior.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE TRABALHO NOTURNO

O empregado sujeito a horário noturno, assim considerado o que for prestado em ter **22h (vinte e duas)** horas de um dia de **6h (seis) horas** do dia seguinte, perceberá sobre o valor da hora normal (valor horário do seu salário-base), para cada hora prestada no serviço no horário citado, um adicional de **40% (quarenta por cento)** correspondente a:

- a) **20% (vinte por cento)** pelo trabalho noturno a que se refere o artigo 73 da CLT;
- b) **20% (vinte por cento)** para o pagamento dos **7'30" (sete minutos e trinta segundos)** de cada período de **60 (sessenta) minutos** efetivamente laborados, decorrentes da redução da hora noturna, prevista no **§ 1º do artigo 73 da CLT**.
- c) Para aplicação do entendimento cristalizado na **Súmula nº 60, item II, do Colendo TST**, aos contratos de trabalho, serão consideradas horas noturnas em prorrogação e remuneradas com o adicional noturno as horas trabalhadas além das 06:00h, sempre que o empregador tenha cumprido integralmente a sua jornada em horário noturno, ou seja, horário inicial do trabalho seja registrado até às 22:00h do dia anterior.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Em obediência às Normas Regulamentadoras - NRs e em razão de laudo pericial ou de inspeção realizados na própria empresa da categoria econômica acordante, no local da prestação de serviços, as partes resolvem fixar os níveis dos adicionais de insalubridade em **10%, 20% e 40%**, correspondente, respectivamente, aos graus mínimos, médios e máximos, incidentes sobre o piso salarial do nível em que o empregado esteja enquadrado.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Em obediência às Normas Regulamentadoras - NRs e em razão de laudo pericial ou de inspeção realizados na própria empresa da categoria econômica acordante, no local da prestação de serviços, as partes resolvem fixar o nível do adicional de periculosidade em **30% (trinta por cento)** sobre o salário base, incidentes também sobre as horas suplementares quando incidente.

ADICIONAL DE PENOSIDADE/TURNO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TURNO DE REVEZAMENTO (6 X 2)

Fica acordado entre as partes a implantação do regime de turno de revezamento 6x2, sendo seis dias de trabalho e dois dias de descanso, com revezamento entre os turnos de 00h00 às 06h00, 06h00 às 15h00 e 15h00 às 24h00.

A jornada mensal média será de 184 horas mensais, conforme cálculo proporcional ao regime 6x2. Esse valor será utilizado como base de cálculo para pagamento de horas noturnas, adicionais e suplementares, exceto quando houver compensação.

Em todos os turnos, será garantido o intervalo legal para repouso e alimentação, da seguinte forma:

A) - Turno de: 00h00 às 06h00, com intervalo legal de 15 (quinze) minutos para lanche;

B) - Turno de: 06h00 às 15h00, com 01h00 (uma hora) de intervalo para o almoço;

C) - Turno de: 15h00 às 24h00, com 01h00 (uma hora) de intervalo para o jantar.

D) - Turnos Manhã e Tarde de: 07h00 às 16h00 e das 15h00 às 24h00, com 01h00 (uma hora) de intervalo para o almoço ou jantar.

TURMAS FIXAS 3x3 - Também fica acordado o regime de turnos fixos 3x3, sendo 3(três) dias de trabalho com jornadas de: Das 06h00 às 18h00 (com 1h de intervalo para almoço); Das 18h00 às 06h00 do dia seguinte (com 1h de intervalo para jantar); Seguidos de 3 (três) dias de descanso.

PARAGRAFO 1º - Caso o empregado seja convocado para trabalhar durante os dias de descanso (**1º, 2º ou 3º dias**), as horas laboradas serão pagas como horas extras com adicional de **100%**, conforme **CLÁUSULA OITAVA** deste Acordo.

PARÁGRAFO 2º - A **NSI** não efetuará pagamento de horas extras aos empregados sujeitos ao turno fixo de 11 horas, nos dias de feriados e finais de semana, salvo em caso de convocação expressa para jornada extraordinária, quando então deverá seguir as regras da cláusula de horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE TURNO

A **NSI** pagará a seus empregados que trabalharem no Regime de Turnos de Revezamento o Adicional de Turno equivalente a **20% (vinte por cento)**, calculado sobre o valor do salário base do empregado, que será pago a título aqui denominado **ADICIONAL DE TURNO** em função das condições peculiares da jornada e turnos ora negociados, que integrará para todos os efeitos os salários, enquanto durar o trabalho em turno de revezamento. Este adicional, bem como os demais adicionais necessários à composição do presente acordo, tem o fim de compensar o desgaste físico e psíquico do empregado que labora nesta jornada, em função das condições peculiares da jornada e turnos ora negociados, legalizando este regime na forma do **art. 7º, XIV da Constituição Federal de 1988**.

ADICIONAL DE SOBREAVISO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado que for demitido, sem justa causa, no período de **30 (trinta) dias** que antecede à data-base da categoria profissional demandante **01-06-2026**, fará jus a uma indenização adicional equivalente a **30 (trinta) dias** de sua maior remuneração (média).

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

O Trabalhador transferido provisoriamente por necessidade do serviço, fará jus a um adicional no valor de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o salário base, mas só durante o tempo em que a mesma durar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS

As verbas adicionais - Horas Extras, Adicional Noturno, Adicional de Insalubridade/Periculosidade, Adicional por Tempo de Serviço, Adicional de Transferência, se integram aos salários nos termos legais, notadamente para o cálculo do repouso semanal remunerado, das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e da indenização adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VIAGEM A SERVIÇO

Quando em viagem a serviço, fora da sede de sua prestação, os trabalhadores farão jus a diárias equivalentes, no mínimo, a **2/30 avos** da remuneração, nas seguintes condições:

- a) viagem até quatro horas: não receberão diárias;
- b) viagens de mais de **04 até 08 horas**: receberão **1/2 diária**;
- c) viagem de mais de **08 (oito) horas** ou quando ocorrer pernoite: perceberão uma diária. As empresas que arcarem com as despesas de hospedagem condigna e alimentação não estarão obrigadas ao pagamento de diárias.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A **NSI** fornecerá a partir do mês de **JUNHO/2025**, inclusive, para seus empregados(as) associados(as) (sindicalizados) contribuintes do **SIMETALPARAUPEBAS**, que forem designados para laborar nos seguintes locais: **1. MINA DO SOSSEGO e USINA DO**

PROJETO S11D, no município de Canaã dos Carajás; **2. MINAS DE CARAJÁS**, no município de Parauapebas; **3. MINA DO SALOBO**, no município de Marabá; **4. Minas da SERRA LESTE**, município de Curionópolis-PA; **5. Ferrovia** nos municípios de Parauapebas e Marabá-PA, um **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**, em forma e a seu critério, no montante de **R\$ 781,00 (setecentos e oitenta e um reais)** que serão pagos de fato até o dia **1º dos meses de JUNHO de 2025 a MAIO de 2026**, exclusivamente, para fins de compra de gêneros alimentícios. Assim como, os empregados (as) efetuarão a contrapartida correspondente ao desconto no valor de **R\$ 2,00 (Dois Reais)**, por empregado efetuoado em folha de pagamento mensal. O fornecimento do **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** não será caracterizado para nenhum efeito como salário "in natura", tampouco se caracteriza como parcela salarial, ou seja, não se integra a remuneração do empregado(a) para nenhum fim;

1) AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO - A **NSI** fornecerá a partir do mês de **JUNHO/2025**, inclusive, para seus empregados (as) associados(as) (sindicalizados) contribuintes do **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, um **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**, em forma e a seu critério, no montante de **R\$ 274,49 (duzentos e setenta e quatro com quarenta e nove centavos)**, será exclusivamente para os empregados que desempenharem suas atividades laborais no Escritório Administrativo/Oficina de Manutenção da empresa na cidade de Parauapebas. Assim como, os empregados (as) efetuarão a contrapartida correspondente ao desconto no valor de **R\$ 2,00 (Dois Reais)**, por empregado efetuoado em folha de pagamento mensal. O fornecimento do **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** não será caracterizado para nenhum efeito como salário "in natura", tampouco se caracteriza como parcela salarial, ou seja, não se integra a remuneração do empregado(a) para nenhum fim;

PARAGRAFO ÚNICO - Para o recebimento do Auxílio Alimentação, cada empregado (a), deverá se enquadrar nos seguintes critérios:

I. O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO será pago mensalmente de forma proporcional no mês de competência, observando-se a assiduidade do empregado, sendo descontado no mês posterior, o valor percentual do benefício em decorrência de eventuais ausências ao trabalho na seguinte proporção: **30% (trinta por cento)** do benefício para o empregado que tenha **01 (um) dia** de afastamento injustificado; **60% (sessenta por cento)**, do benefício para o empregado que tenha **02 (dois) dias** de afastamento injustificado, **100% (cem por cento)** do benefício para o empregado que tenha **03 (três) dias** ou mais de afastamento injustificado;

II. Será pago mensalmente **100% (cem por cento)** do benefício para o empregado que tenha **03 (três) dias** de ausências ao trabalho justificadas; assim como, será descontado **10% (dez por cento)** do benefício para o empregado que tenha **06 (seis) dias** de ausências justificadas, **20% (vinte por cento)** do benefício para o empregado que tenha **05 (cinco) dias** de ausências justificadas; **30% (trinta por cento)** do benefício para o empregado que tenha **07 (sete) dias** de ausências justificadas; **60% (sessenta por cento)** do benefício para o empregado que tenha **8 (oito) dias ou mais** de ausências justificadas. Ressalvado os afastamentos em decorrência de doenças infecciosas, tropicais e virais,

como por Ex.: Dengue, Chikungunya, Malária, Caxumba, Catapora, Sarampo, hepatite, conjuntivite e outras que requeiram afastamento igual ou superior a **07 dias**;

III. O empregado afastado de suas atividades laborais, **em decorrência de acidente do trabalho, receberá o auxílio alimentação sem nenhum desconto** em cada mês de competência, **durante o período de afastamento limitado a 03 (três) meses**. Somente se o referido **empregado continuar afastado**, no período compreendido **entre a data do afastamento e a data de seu retorno às atividades laborais**;

IV. Independentemente do desconto a ser aplicado aos empregados que tenham se ausentado de suas atividades laborais, o desconto de contrapartida do empregado não sofrerá nenhuma redução em cada mês de competência;

V. Para os casos de **admissão** de empregado **dentro do mês de competência**, os dias fracionados, o valor do **Auxílio Alimentação**, serão calculados de forma proporcional. O mesmo critério será aplicado para os **casos de demissão** de empregado no mês de competência;

VI. O fornecimento do benefício de **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** não será caracterizado para nenhum efeito como salário "in natura", tampouco se caracteriza como parcela salarial, ou seja, não se integra a remuneração do empregado para nenhum fim;

VII. Consideradas ausências justificadas as previstas no presente acordo coletivo e na legislação vigente.

2) CAFÉ DA MANHÃ - A **NSI**, poderá por sua conveniência, substituir o **CAFÉ DA MANHÃ**, pelo pagamento do valor de **R\$ 9,00 (Nove Reais)**, por dia efetivamente trabalho para todos os empregados. Tal benefício será pago juntamente e nas mesmas condições do **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** descrita na **CLÁUSULA VIGESIMA NONA**, do presente acordo coletivo.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRANSPORTE

A **NSI** fornecerá transporte gratuito, aos empregados para irem aos locais de trabalho e deles retornarem, durante a vigência do presente acordo coletivo de trabalho.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A **NSI**, manterá, durante a vigência do presente Acordo Coletivo, contrato com o Plano de Assistência à Saúde - **HAPVIDA E SULPARÁ** com coparticipação e sendo de responsabilidade o pagamento o empregado, que se estenderá de forma gratuita aos seus empregados e **01 (um) dependente legal**. Este benefício, segundo o **artigo 214, §9º**,

inciso XVI, do Decreto 3.048/99, não possui natureza salarial, não incidindo, portanto, encargos de natureza trabalhista ou previdenciários para nenhum fim.

PARÁGRAFO ÚNICO - O empregado que solicitar a inscrição do 2º dependente ou mais, contribuirá com **100%** do valor da mensalidade, por ocasião da remessa da fatura pela operadora do plano de assistência a saúde, ao setor de **RH da NSI**, sendo que o valor será descontado do salário dos respectivos empregados (as).

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO-DOENÇA / COMPLEMENTAÇÃO

Será complementado **até 90 (noventa) dias** pela empresa o auxílio-doença pago pela Previdência Social, em razão de acidente de trabalho, até o limite do salário-base que o empregado receberia se estivesse efetivamente trabalhando.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO INVALIDEZ

Na ocorrência de invalidez permanente ocasionada por acidente de trabalho ou doença profissional, devidamente comprovada pelo órgão da Previdência Social, a empresa pagará ao empregado um abono equivalente a **01 (um) salário-base**, nos três meses subsequentes à ocorrência.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SEGUROS

A **NSI** contratará as suas expensas para seus empregados, associados e representados pelo **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, seguro de vida em grupo, sem ônus para os mesmos, cujo valor do prêmio será fixado pela empresa, a qual enviará no prazo de **30 (trinta) dias**, da assinatura deste Acordo Coletivo, cópia das apólices do seguro a cada empregado e ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a **NSI** não contratar o **seguro de vida** e desde que ocorra o sinistro, ficará obrigada ao pagamento, em substituição a este como forma de compensação, o montante equivalente ao valor de 11 salários base do empregado na época.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BONIFICAÇÃO APOSENTADORIA

A **NSI** concederá a cada empregado, por ocasião da aposentadoria uma bonificação equivalente a **01 (um) salário base**, vigente à época, desde que o empregado tenha no mínimo **02 (dois) anos** de trabalho efetivo na empresa.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÕES DA CTPS

Na admissão, a CTPS será entregue pelo trabalhador, contrarrecibo assinado pela empresa, que deverá anotá-la, inclusive o salário fixo e a variável, este quando existir e devolvê-la no prazo de **48 horas**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS

Será entregue ao trabalhador, no ato da admissão, contrarrecibo por ele assinado, cópia do contrato individual de trabalho, se houver, e de todos os demais documentos que assinar na ocasião, exceto ficha ou livro de registro de empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RECRUTAMENTO. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PROIBIÇÃO

O sindicato informará a empresa, quando solicitado, os profissionais que estiverem disponíveis, indicando as respectivas qualificações profissionais.

1) CONTRATO DE EXPERIÊNCIA / PROIBIÇÃO - Fica proibida a contratação na modalidade de contrato de experiência, quando o contratado já tiver sido empregado anteriormente na empresa.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FALECIMENTO DO EMPREGADO

No caso de falecimento de empregado, a extinção do contrato de trabalho será promovida e quitada com efetivação de cálculos como se fosse dispensa sem justa causa, sendo certo ainda, que não serão devidos os **40% (quarenta por cento) do FGTS** previstos no **inciso I, do artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** ou o que vier a substituí-lo através da Lei Complementar a que se refere o **inciso I, do artigo 7º, da Constituição Federal**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL DAS RESCISÕES DOS CONTRATOS DE TRABALHO

Nas rescisões dos contratos individuais de trabalho, inclusive naquelas de iniciativa da **NSI**, serão obedecidas as seguintes regras:

1) INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - Nas demissões de iniciativa da **NSI**, o empregado com mais de **1 (um) ano** de serviço, inclusive, fará jus a uma indenização proporcional equivalente a **3,6% (três vírgula seis por cento)** para cada ano de serviço, calculada sobre a maior remuneração.

I - Para o empregado demitido com mais de **40 (quarenta) anos** de idade a indenização prevista nesta cláusula será com percentual de **4,6% (quatro vírgulas seis por cento)**, para cada ano de serviço, calculada sobre a maior remuneração.

II - A verba prevista nesta cláusula não tem natureza remuneratória e nem se integra ao tempo de serviço para qualquer fim.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PRAZO. PAGAMENTO DA RESCISÃO CONTRATUAL

O pagamento das verbas resultantes da rescisão contratual, assim como, a homologação do TRCT, deverá ser efetuado nos prazos legais, sob pena de, em caso de atraso, ficar obrigada a empresa ao pagamento de multa correspondente ao valor de uma remuneração calculada pela média dos últimos 12 meses ou pela média dos meses inferiores se for o caso, ficando satisfeita a obrigação do **parágrafo 8º do artigo 477 da CLT**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÕES

As homologações dos TRCT's (Termo de Rescisão Contratual de Trabalho) das rescisões de contratos individuais de trabalho, serão realizadas, no prazo legal, nos termos do **artigo 477 da CLT**, obrigatoriamente perante o **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, em sua sede localizada na Rua A nº 195, 1º Andar - Cidade Nova - Parauapebas/PA, obrigando-se a empresa apresentar, no ato, a documentação exigida no presente Acordo coletivo e na **Portaria nº. 3.283, de 11.10.88, do Ministério do Trabalho**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO / DOCUMENTAÇÃO

Por ocasião da dispensa, a empresa fornecerá ao demitido, no ato da liquidação, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Requerimento do Seguro-desemprego (SD), extrato de conta do FGTS (chave da efetivação da conectividade Social para saque do FGTS), cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e Previdência - GRFP, e cópia de cada documento, exceto livro e ficha de registro de empregado. No ato da homologação, a empresa deverá depositar no **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, uma cópia do **TRCT e do TQRCT**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DEMISSÃO A PEDIDO / DISPENSA DO AVISO

Nas rescisões decorrentes de aviso prévio de empregado, estes ficarão automaticamente dispensados do cumprimento do aviso prévio a partir do **11º dia**, mas o pagamento da verba rescisória deverá ocorrer até o **10º dia** após o final do prazo retro citado. O empregado que não cumprir o aviso prévio estipulado neste item, ficará obrigado ao pagamento de apenas **15 (quinze) dias** para **NSI**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESPESAS COM RETORNO

Fica assegurado ao trabalhador por qualquer motivo, no ato da rescisão e constando do respectivo recibo, o pagamento das despesas com retorno ao local de residência ou de recrutamento, inclusive com a mudança, hospedagem e alimentação dos dias de trânsito. Faculta-se, porém, à empresa, pagar em espécie ou proporcionar meios de o empregado retornar ao local onde foi recrutado.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO - REDUÇÃO DA JORNADA

No caso de dispensa com pré-aviso, o empregado poderá optar por cumpri-lo em serviço com redução de **duas (02) horas diárias** ou, trabalhar horário integral com liberação da prestação de serviço nos **7 (sete)** últimos dias restantes, sem prejuízo de salário, em qualquer caso, de modo a dispor de maior tempo para procura de novo emprego. Fica assegurado em qualquer das situações acima que a extinção do pacto laboral ocorrerá sempre ao final do Aviso Prévio, devendo a empresa por ocasião da notificação do aviso cientificar o empregado das opções que lhes são oferecidas, constando expressamente do documento a opção escolhida.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CLÁUSULAS MAIS BENÉFICAS / PREVALÊNCIA

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, quando mais benéficas, prevalecerão sobre as do presente Acordo Coletivo, na interpretação desta ou da legislação vigente; havendo dúvida, a decisão a ser adotada deve ser a que for mais benéfica para o trabalhador.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA / GESTAÇÃO

Fica assegurada a estabilidade provisória dos integrantes da categoria profissional, nos casos, prazos e condições seguintes:

1) GESTAÇÃO - Desde a configuração da gravidez até **60 (sessenta) dias** após o término do benefício previdenciário respectivo.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DOENÇA PROFISSIONAL

Nos casos de doença profissional, o empregado terá assegurada uma estabilidade adicional de mais **90 (noventa) dias**, contados a partir do término do benefício previdenciário respectivo. Para efeito de aplicação desta cláusula, somente serão considerados os casos que impliquem em afastamento por prazo igual ou superior a **30 (trinta) dias** consecutivos.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - APOSENTADORIA

A **NSI** não poderá dispensar os empregados com pelo menos **02 (dois) anos** de serviço na empresa no período de dois anos imediatamente anteriores a data de aquisição do direito da aposentadoria por qualquer motivo, salvo o cometimento de falta grave, caso em que a rescisão poderá ocorrer sem necessidade do inquérito judicial. Adquirido o direito à aposentadoria, cessa a estabilidade de que trata esta cláusula.

ESTABILIDADE ADOÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADOÇÃO OU GUARDA DE MENOR

O empregado que adotar ou assumir guarda de menor com idade de até **01 (um) ano**, terá assegurado a estabilidade no emprego pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da adoção ou guarda devidamente comprovada, através de certidão ou outro documento oficial, conforme os termos do **artigo 392-A, da CLT**.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DANOS

Os empregados não poderão ser responsabilizados por danos decorrentes de acidentes do trabalho, furto, roubo, acidente de trânsito, avarias de qualquer natureza, desgaste natural de peças e acessório, casos fortuitos, exceto nos casos de dolo ou culpa.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CIPA

Para os integrantes representantes dos empregados eleitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA - é garantida a estabilidade no emprego desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do mandato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **NSI** se obriga a comunicar ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS** a realização de eleições para a **CIPA**, com antecedência mínima de **30 dias**. De igual forma, ficam as empresas da categoria econômica obrigadas a no prazo de **até 15 dias** posteriores a realização da eleição, comunicar ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS** o resultado do pleito, constando o nome e o cargo dos eleitos e os respectivos suplentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE - RETORNO DE FÉRIAS

Ao empregado da categoria profissional acordante será assegurada estabilidade provisória de **30 (trinta) dias**, a contar do retomo do gozo das férias anuais.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO / SEMANA INGLESA

A **NSI** adotará a chamada "**SEMANA INGLESA**", não trabalhando aos sábados, porém com maior carga horária nos demais dias da semana (segunda a sexta-feira), poderá, se achar conveniente, trabalhar aos sábados, caso em que as horas trabalhadas nesse dia serão remuneradas como horas extraordinárias, na forma da **CLÁUSULA OITAVA**, do presente Acordo Coletivo.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PONTO

Os trabalhadores terão sua jornada de trabalho controlada na forma do **art. 74 da CLT**, mediante registro manual, mecânico, eletrônico, ou digital, a **NSI** dispensará da marcação de ponto no intervalo para alimentação e repouso, que será no mínimo de uma hora nos termos do **art. 71, CLT**.

FALTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS

Serão abonadas, devidamente justificadas e enquadradas como licença remunerada, inclusive para aquisição do gozo de férias, as faltas ao serviço nos casos de:

1) PROVA / MATRÍCULA ESCOLAR - Realizada em estabelecimento oficial ou oficializado de ensino mediante prévia comunicação ao superior imediato, com

antecedência mínima de 48 horas e posterior comprovação de sua realização por declaração do estabelecimento de ensino, no prazo de até **04 (quatro) dias úteis**, contados da realização do exame.

2) MORTE DE PARENTES - Serão abonadas e devidamente justificadas as faltas ao serviço por **02 (dois) dias** consecutivos no caso de falecimento do cônjuge, descendente, ascendente, sogro, sogra, irmão ou pessoas que declaradas na CTPS, vivam sob dependência econômica do empregado. Caso o sepultamento seja realizado fora do domicílio do empregado, o benefício será acrescido de mais um dia.

3) DOENÇA DO CÔNJUGE - Seguida de internamento, ou ainda doença do companheiro, companheira e filhos nas mesmas condições, por um dia quando o internamento ocorrer na localidade de prestação de serviço, e por esse prazo e mais os dias de trânsito, quando o internamento ocorrer fora da localidade de serviço, tudo mediante comprovação posterior, pelo empregado.

4) NASCIMENTO DE FILHO - Pelo prazo de **05 (cinco) dias** consecutivos após o parto para fins de acompanhamento da parturiente e registro civil do nascimento, salvo se o empregado estiver de férias ou, por qualquer motivo, afastado do serviço, ressalvado quando for o caso, a proporcionalidade do gozo dos dias restantes, quando este coincidir com o término do gozo das férias ou do afastamento do serviço.

5) CASAMENTO - Pelo prazo de **04 (quatro) dias** consecutivos após as núpcias, o(a) noivo(a) comunicará a empresa com **10 (dez) dias** de antecedência da realização do casamento.

FÉRIAS E LICENÇAS

DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS / PAGAMENTO / CONCESSÃO

A concessão de férias está sujeita às seguintes regras:

1) PAGAMENTO - O pagamento das férias, independente de requerimento, será feito até **02 (dois) dias** antes do início do gozo.

2) CONCESSÃO DE FÉRIAS - A concessão de férias será participada, por escrito, e contrarrecibo, ao empregado, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** em relação a data do início de seu gozo. As férias, individuais ou coletivas, começarão sempre em dia útil, excetuando-se os sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Os empregados da **NSI**, farão jus ao abono de férias previsto no **Parágrafo 1º, do artigo 143**, da CLT, no valor de **1/3 (um terço)** da remuneração, a ser paga até **02 (dois) dias**

antes do início do gozo, nos termos do **inciso XVII**, do **artigo 7º** da Constituição Federal.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ABONO ASSIDUIDADE

Serão pagos pela **NSI**, ao empregado (a) por ocasião das férias **05 dias** por ano de serviço, quando no período aquisitivo não houver falta. O acidente de trabalho e a licença saúde, não prejudicaram o abono assiduidade.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - EQUIPAMENTO (EPI) E FERRAMENTAS

A **NSI** fornecerá gratuitamente, aos seus empregados os EPI's, necessários á sua segurança, relativos ao tipo de atividade a ser desempenhada, sempre que as medidas de ordem geral, não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados nos termos do **art. 166**, da **Portaria nº 3.214, de 08/06/1978**.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

A **NSI** fornecerá, por ocasião da admissão de empregados, o quantitativo de **04 uniformes** para aqueles que trabalharem nas áreas operacionais e **02** para aqueles que trabalharem nas áreas administrativas.

PARÁGRAFO ÚNICO - REPOSIÇÃO DE UNIFORMES - A reposição de uniformes deverá ocorrer de **06 em 06 meses**, limitado ao quantitativo de **06 uniformes** por ano, para os empregados das áreas operacionais e **03 por ano**, para os empregados das áreas administrativas, quando ocorrer à rescisão do contrato de trabalho, os uniformes deverão ser devolvidos.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - TREINAMENTO

A **NSI** obriga-se a promover, quando da admissão, treinamento do empregado (a), abrangendo combate a incêndios, higiene e segurança no trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

A **NSI** informará aos trabalhadores, por escrito, a natureza perigosa ou insalubre de substâncias utilizadas, indicando as normas para o uso, manuseio e transporte destas substâncias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DS E DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA – DDS

Haverá Diálogos Diários de Segurança, bem como Diálogos de Segurança periódicos, visando prevenir acidente de trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - AVALIAÇÃO MÉDICA

A **NSI** efetuará a avaliação médica de seus empregados de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS

Os exames médicos obrigatórios por lei serão integralmente custeados pela empresa.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATESTADO MÉDICO/ODONTOLOGICO

A **NSI** aceitará os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados pela operadora do plano de assistência à saúde, profissionais credenciados pelo **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, profissionais credenciados pelo **SUS - Sistema Único de Saúde** e pelo **SESI - Serviço Social da Indústria**, para fins de concessão de licença - saúde, nos termos da CLPS - Consolidação das Leis da Previdência Social.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - PRIMEIROS SOCORROS

A **NSI** se obriga a manter nas áreas de manejo florestal e de trabalho de campo - entendendo-se como tal o local de difícil acesso e de extração de minério - todo o material necessário à prestação de primeiros socorros.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DESCONTO DAS MENSALIDADES

Os descontos das mensalidades sociais dos associados do **SIMETAL-PARAUAPEBAS** serão feitos diretamente em folha de pagamento, inclusive durante as férias, conforme determina o **artigo 545 da CLT**, mediante apresentação da relação nominal dos associados, no valor equivalente **02% (dois por cento)**, do salário base dos empregados, limitado a **R\$ 55,00 (Cinquenta e Cinco Reais)**. A efetivação dos descontos somente poderá cessar após manifestação por escrito do empregado, relativo ao desligamento, através de carta ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS** e com cópia por este protocolada, entregue à empresa. O **SIMETAL-PARAUAPEBAS** fica desobrigado de fornecer recibo quando o desconto for feito em folha, hipótese em que valerá como comprovante o recibo (contracheque) de pagamento de salários.

PARÁGRAFO 1º - Os integrantes da categoria profissional, abrangidos por este instrumento normativo, que estiverem empregados, na data base **1º de JUNHO de 2025**, assim como, aqueles que vierem a se empregar no período de vigência do presente Acordo Coletivo, serão reconhecidos na condição de associados representados contribuintes do **SIMETAL-PARAUAPEBAS**. Para tanto, deverão comparecer em sua sede social, localizada na Rua 'A' nº 195, 1º Andar Bairro Cidade Nova - Parauapebas-PA, com a finalidade de que seja confeccionada e lhes entregue a carteira associativa da entidade sindical.

PARÁGRAFO 2º - Fica assegurado ao integrante da categoria profissional, abrangido por este instrumento normativo, que não concordar com o seu reconhecimento na condição de associado contribuinte e o desconto, previsto nesta cláusula, o direito de manifestar se previamente por escrito a oposição até o 10º dia do mês anterior ao desconto, ao sindicato. Ficando o **SIMETAL-PARAUAPEBAS** nesta hipótese obrigado a notificar a empresa a não efetuar qualquer desconto a este título a partir do mês seguinte a manifestação do empregado.

PARÁGRAFO 3º - O **SIMETAL-PARAUAPEBAS** e **SIMETAL-PARÁ** são organizações classistas, democráticas e autônomas frente ao estado, partidos políticos e credos religiosos, de duração por prazo indeterminado e número ilimitado de associados e representados, cujos fundamentos e os objetivos, para efeito de enquadramento e representação sindical são considerados metalúrgicos e integrantes da categoria profissional, todos os trabalhadores que exerçam suas atividades profissionais na forma estabelecida em seus estatutos sociais.

PARÁGRAFO 4º - Dentre outras, não contrárias a este acordo coletivo, são finalidades dos Sindicatos: Promover a sindicalização dos trabalhadores da categoria profissional, representar e defender perante as autoridades judiciárias e administrativas, em todos os níveis da federação, os interesses difusos, individuais, coletivos e gerais da categoria profissional contribuinte representada e associada.

PARÁGRAFO 5º - Manter serviços para promoção de atividades culturais, sociais, de comunicação, assistência jurídica, médica, odontológica, educacional, e outras que entender necessárias ao bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos integrantes da categoria profissional contribuinte representada e associada.

PARÁGRAFO 6º - Cobrar os créditos relativos às contribuições, mensalidades sociais de seus representados.

PARÁGRAFO 7º - Estabelecer contribuições a todos os trabalhadores de sua base de representação, beneficiados por convenções, acordos, ou contratos coletivos de trabalho, conforme a deliberações da Assembleia Geral convocada que decidiu sobre o respectivo instrumento.

PARÁGRAFO 8º - É assegurado o direito de representação, sindicalização e contribuição a toda pessoa do setor metalúrgico e empresas prestadoras de serviços especificados nos Estatutos sociais, na base territorial de abrangência deste acordo coletivo.

PARÁGRAFO 9º - São deveres dos associados representados contribuintes: Pagar pontualmente as contribuições, mensalidades associativas estabelecidas, de acordo com as normas definidas nos estatutos sociais, acordos coletivos, convenções coletivas, contratos coletivos de trabalho e na legislação vigente, acatar as deliberações das assembleias gerais dos sindicatos profissionais.

PARÁGRAFO 10 - São fontes de recursos financeiros da entidade: Contribuição devidas ao Sindicato pelos trabalhadores da categoria em decorrência da norma legal, estatuto social, ou cláusula inserida em Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, sentença normativa. Mensalidades dos associados contribuintes representados, na conformidade com a deliberação da Assembleia Geral, convocada para esse fim, ou outras devidas por trabalhadores beneficiados por normas coletivas firmadas pelo sindicato, bens e valores adquiridos e rendas produzidas pelos mesmos. Contribuições decididas em assembleias gerais.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - RECOLHIMENTO DOS DESCONTOS

Todo e qualquer desconto em favor da entidade sindical conveniente, terá seu montante recolhido, exclusivamente através das contas: **Agencia: 3245-x Conta Corrente: 44002-7 Banco do Brasil, Agencia: 3145 Operação: 003 Conta Corrente: 0001001-6 Caixa Econômica Federal**, pertencentes ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, ou através de **Boleto Bancário** previamente solicitado para o referido sindicato, até o **10º** dia do mês subsequente ao vencido, sob pena de em caso de inadimplência, incorrer em multa de **10%** sobre o montante arrecadado, juros de mora e correção monetária, sem prejuízo das demais cominações legais convencionadas. O pagamento deverá ser comprovado com o fornecimento da cópia da guia de recolhimento, ou boleto bancário ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS**.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL / CUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO

É reconhecida a representatividade na condição de substituto processual das entidades sindicais (**SIMETAL-PARAUAPEBAS; SIMETAL-PARÁ**), para pleitear direitos decorrentes da aplicação do presente acordo coletivo, nos termos legais e do **inciso III do artigo 8º e artigo 114 ambos da Constituição Federal**.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - PRERROGATIVAS

É reconhecida a representatividade das entidades sindicais acordantes, nos termos da legislação vigente, no âmbito de sua respectiva base territorial, notadamente nos municípios de: **Parauapebas-PA, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado do Carajás-PA**, assegurando-se à entidade sindical, e seus dirigentes, prepostos e delegados, devidamente credenciados, os direitos estipulados nos **artigos 511 e seguintes da C.L.T.**

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - REMESSA DE RELAÇÕES

A **NSI** remeterá a entidade sindical (**SIMETAL PARAUAPEBAS**), no prazo de **15 (quinze) dias** contados a partir do recolhimento da **Contribuição Sindical, Mensalidade Social** dos empregados pertencentes a categoria profissional, relação nominal dos empregados, contribuintes, indicando a função de cada um, o salário do mês a que corresponder a contribuição e o respectivo valor recolhido, bem como, cópia da guia de Recolhimento da Contribuição Sindical - **GRCS**, conforme previsto no **artigo 2º**, da **Portaria MTB/GM nº 3.233/83 (DOU 30.12.83)**.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - RELAÇÕES COM O SINDICATO, DELEGACIAS SINDICAIS E REPRESENTANTES SINDICAIS

As relações da **NSI** com o sindicato, dar-se-ão com o estabelecimento, reconhecimento e acatamento das seguintes regras:

1) PROGRAMA / REUNIÕES - A fim de aferir, avaliar e analisar o cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, o **SIMETAL-PARAUAPEBAS** e a **NSI** estabelecem um programa de reuniões trimestrais entre seus representantes, por convocação de qualquer parte, que deverá ser feita com **05 (cinco) dias** de antecedência, no mínimo, contendo a pauta a ser discutida.

2) RESPEITO ÀS NORMAS - A **NSI** e trabalhadores representados estes por suas entidades sindicais, reconhecendo a importância e o interesse comum das partes, comprometem-se a dar estrito cumprimento às normas de higiene e segurança no trabalho vigentes, estabelecidas em lei, e no presente acordo coletivo.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Para conciliar as divergências resultantes da aplicação do presente acordo coletivo e da legislação vigente, as partes poderão recorrer à negociação direta entre a empresa e o **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, e, em caso de malogro desta tentativa, à mediação, à arbitragem, ou à Justiça do Trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DIVULGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

A **NSI** será obrigada a afixar nos locais de trabalho, em lugar de destaque, cópias do presente acordo coletivo, para amplo conhecimento dos trabalhadores, sendo a entidade representativa da categoria econômica responsável pelo fornecimento destas cópias.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - MULTA

Fica estabelecida multa de **20% (vinte por cento)** calculada sobre o **Piso Salarial** de **R\$ 3.500,00 (Três Mil, Quinhentos Reais)**, constante na relação de funções e salários, da **CLÁUSULA TERCEIRA**, deste acordo coletivo, por empregado e por infração a qualquer cláusula do presente acordo coletivo, a ser aplicado a parte infratora e a reverter à parte prejudicada, seja ela entidade sindical (**SIMETAL-PARAUAPEBAS**), empregado ou empresa (**NSI**). A presente cláusula atende às exigências do **inciso VIII, do artigo 613, da C.L.T.** e, quando de sua aplicação, deverá ser respeitado o limite previsto no **parágrafo único, do artigo 622 da Norma Consolidada**.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - RECLAMAÇÕES/ IRREGULARIDADES

O **SIMETAL-PARAUPEBAS** comunicará para a **NSI** por escrito, as reclamações que lhe forem trazidas pelos trabalhadores, relativamente ao descumprimento do presente acordo coletivo e da legislação, devendo a verificação e correção das irregularidades serem providenciadas, no prazo que lhes for assinalado, nunca superior a **10 (dez) dias**.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO OU DENÚNCIA

O presente Acordo Coletivo poderá ser prorrogado, revisada ou denunciada, total ou parcialmente mediante acordo entre as partes, respeitadas as normas legais aplicáveis ao caso.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

As controvérsias resultantes da aplicação de qualquer cláusula do presente acordo coletivo, serão dirimidas mediante pronunciamento da Justiça do Trabalho, nos termos do **artigo 114, da Constituição Federal**, naquilo decorrente de relação de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DIREITOS E DEVERES

Os direitos e deveres da entidade sindical (**SIMETAL-PARAUPEBAS**), da empresa **NSI** e dos trabalhadores, são aqueles previstos em lei, no presente Acordo Coletivo e nos contratos individuais de trabalho. O presente dispositivo atende o que contém no **inciso VII, do artigo 613 da CLT**.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - EMBARGOS E INTERDIÇÕES

Durante os embargos ou interdições determinadas por autoridade competente, os empregados ficarão à disposição da **NSI** e receberão seus salários, salvo os casos de força maior.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - BENEFÍCIO ESPONTÂNEO

Os benefícios concedidos por liberalidade do empregador, destinados a subsidiar custos com finalidade educacional, aperfeiçoamento profissional e tratamento médico do empregado, não terão caráter salarial e, portanto, não integrar-se-ão ao salário do empregado para qualquer fim.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - CRECHES

A **NSI** deverá conceder os benefícios relativos à creche para filhos de suas empregadas, nos termos da lei.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - AJUDA FUNERAL

Na ocorrência de morte do empregado ou do seu dependente inscrito pela empresa para efeitos da Assistência Médica, através do convenio/contrato com o **plano de assistência à saúde**, considerando como valor do benefício o salário-base do empregado (a), garantido o valor mínimo equivalente a **R\$ 6.672,20 (Seis Mil, Seiscentos e Setenta e Dois Reais e Vinte Centavos)**, que a **NSI**, deverá disponibilizar aos beneficiários remanescentes para custear despesas referente ao sepultamento.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PREVIDÊNCIA / PREENCHIMENTO

A **NSI** se obriga a preencher o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) exigido por Lei, ou outro equivalente nos termos da Lei, devendo entregá-los ao interessado, no prazo de **03 (três) dias**, para fins de obtenção de auxílio-doença e no prazo de **10 (dez) dias**, para fins de aposentadoria.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - NECESSIDADE IMPERIOSA

Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder o mínimo legal, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto à empresa.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - ABONO INVALIDEZ

Na ocorrência de invalidez permanente ocasionada por acidente de trabalho ou doença profissional, devidamente comprovada pelo órgão da Previdência Social, a empresa pagará ao empregado um abono equivalente a **01 (um) salário-base**, nos três meses subsequentes à ocorrência.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Obriga-se a **NSI** a informar, mensalmente ao **SIMETAL-PARAUAPEBAS**, a admissão e demissão de empregados (**e-Social**), por escrito e, no prazo de **48 horas**, os acidentes de trabalho que ocorrerem.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - REABILITAÇÃO DOS ACIDENTADOS

A **NSI** aceitará, no prazo fixado pela Previdência Social, para efeito de reabilitação ou readaptação os empregados acidentados.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÕES

Os trabalhadores serão obrigados a participar ao seu superior imediato, à **CIPA** ou à entidade sindical, as transgressões às normas de higiene e segurança do trabalho de que tomarem conhecimento.

}

ZELEIMA ASSIS ROCHA
VICE-PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS METALURGICOS
ELETROMECHANICOS E ELETROELETRONICOS E NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECAN

ZELEIMA ASSIS ROCHA
PROCURADOR
SIND DOS T NAS IND MET MEC ELETROM ELETROEL ELETR DE MAT ELE

BRUNO OLIVEIRA LIMA
DIRETOR
NORTE SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA.

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA APROVAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.